

ID: 108322930

25-11-2023

Global

A

28ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP28), que vai ter início no final da próxima semana, no Dubai, nos Emirados Árabes Unidos (EAU), será marcante, ainda que subsistam dúvidas sobre se será possível concretizar acordos que respondam ao atraso no cumprimento dos objetivos definidos para limitar as alterações climáticas e o aquecimento global e também se a inclusão nos processos se tornará uma realidade.

A conferência será, pela primeira vez, organizada por um país-membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), os EAU, onde o petróleo representa, direta e indiretamente, mais de 46% da economia, segundo dados já de 2023; e será presidida pelo CEO de uma empresa petrolífera, o sultão Ahmed Al-Jaber, ministro da Indústria e Novas Tecnologias dos EAU, que lidera a Companhia Petrolífera Nacional de Abu Dhabi (ADNOC, na sigla em inglês), o que motivou críticas de *greenwashing* e de conflito de interesses, porque a energia será um tema central do conclave, nomeadamente a redução do consumo de combustíveis fósseis.

"A energia é fundamental para a economia global e existe uma necessidade clara e urgente de descarbonizar este sector o mais rapidamente possível", diz ao NOVO Manuel Luiz, *managing director* e *partner* da consultora BCG Lisboa. "Dispomos de ferramentas tecnológicas comprovadas para um sistema de energia neutro em carbono, como a eficiência energética, a eletrificação, a energia solar fotovoltaica e a energia eólica, mas temos de as implementar e expandir a um ritmo acelerado", acrescenta.

No Dubai estará em discus-



COP28 corre pela transição energética e contra o tempo

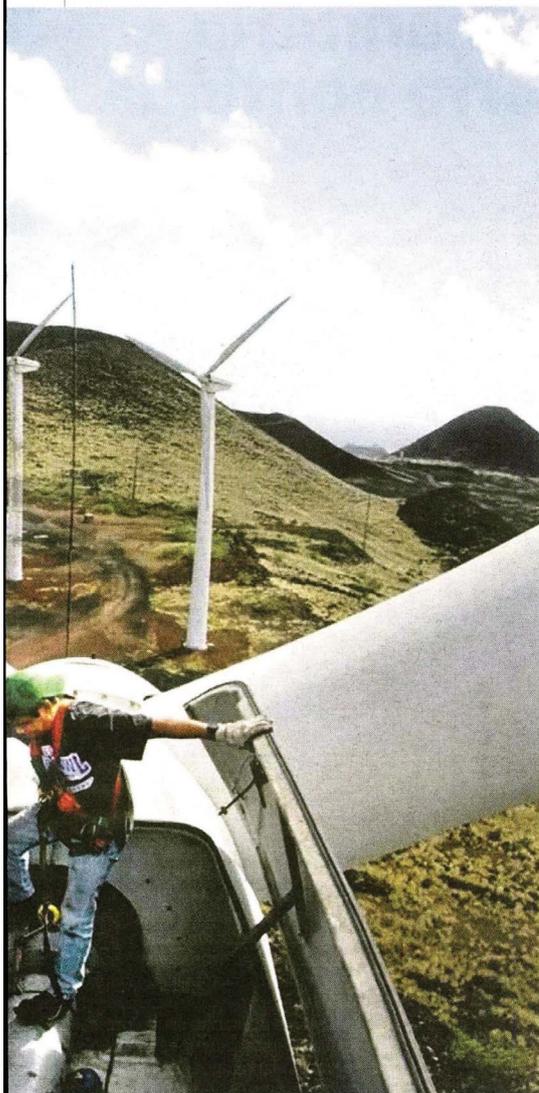
A próxima Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas poderá ser histórica se acordar na aceleração de processos para compensar o atraso no cumprimento dos objetivos para 2030 e para atingir a neutralidade carbónica em 2050, mas nada está garantido, nem o financiamento dos mais vulneráveis

TEXTO

Ricardo Santos Ferreira

são triplicar a capacidade instalada mundial em energias renováveis, para 11.000 gigawatts, até 2030, num esforço que tem sido promovido pela União Europeia (UE), os Estados Unidos da América (EUA) e os anfitriões EAU, mas que junta já mais de 60 países.

"Estamos a assistir a um forte impulso para a crescente quota de energias renováveis no cabaz energético, provando que as condições podem ser cumpridas", diz Manuel Luiz, apontando que, "desde 2019, o crescimento da procura total de energia aumentou quase 3% e as



energias renováveis absorveram quase 80% desse crescimento". A Agência Internacional de Energia estima que a capacidade instalada de produção de energias renováveis aumentará 85% até 2027, por referência a 2022.

"No entanto, são necessárias muito mais medidas em várias direções além do aumento da capacidade das energias renováveis, incluindo a rápida eliminação progressiva dos combustíveis fósseis", aponta Luiz.

Antes disso, pretende-se acordar no objetivo de duplicar a eficiência energética, ou seja,

reduzir para metade o consumo de energia para fornecer um serviço equivalente.

Avaliação e financiamento

A COP28 será também o último passo do processo de dois anos de avaliação global periódica (Global Stocktake ou GST, na sigla em inglês) do cumprimento dos Acordos de Paris. As conclusões técnicas foram apresentadas em setembro e, como esperado, apontam para que os países não estão a reduzir as emissões com rapidez suficiente, não estão suficientemente preparados para os riscos cli-

máticos, e que os países desenvolvidos não estão a prestar apoio suficiente aos países em desenvolvimento.

No Dubai, os decisores políticos vão analisar as propostas apresentadas para acelerar o cumprimento de objetivos, não só através de um maior investimento em energias renováveis e de uma aposta na eficiência energética, mas também discutir o fim progressivo da utilização de combustíveis fósseis, mesmo não existindo acordo sobre se o que deve ficar plasmado num texto final é um caminho para a "eliminação" ou se, apenas, "redução", e em que moldes.

Os representantes governamentais vão, também, procurar concretizar o ténue consenso que foi conseguido, já este mês de novembro, para solucionar uma parte das questões em aberto na operacionalização do fundo para perdas e danos, que foi decidido na última COP, no Egito.

Este fundo destina-se a compensar eventuais perdas económicas ou outras causadas pelas alterações climáticas que vão além da capacidade de adaptação de um país, o que pode incluir, por exemplo, fenómenos meteorológicos extremos que se considerem relacionados com as alterações climáticas ou as consequências a longo prazo da subida do nível do mar. A questão central continua a ser o seu financiamento - que será feito pelos países com economias mais prósperas mas, eventualmente, também por países como a China e a Arábia Saudita, ainda que classificados como em desenvolvimento -, mas também como será controlado e quem a ele poderá aceder.

O acordo não prevê contribuições obrigatórias, mas sim facultativas, e não define um valor. Inicialmente, no seguimento da COP27, foi referido o montante de 300 milhões de dólares (cerca de 275 milhões de euros) anuais, mas os países em desenvolvimento, nas negociações, reivindicaram 100 mil milhões de dólares (cerca de 91,7 mil milhões de euros), por ano, até 2030. Uma avaliação pedida pelo Vulnerable Twenty Group, que reúne 68 países vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas, concluiu que as suas economias perderam



Carlos Costa Pina

● Sócio
da SRS Legal



Manuel Luiz

● Managing director
e partner da BCG
Lisboa

foi administrador da Galp. "A estas pode acrescentar-se a falha de financiamento. Se a base fiscal - tributária - do futuro representa uma enorme oportunidade e benefício para as economias atualmente dependentes da importação de combustíveis fósseis, os Estados têm tido dificuldade em destruir a base fiscal do presente, por precisarem dela para financiar a transição", acrescenta.

Dificuldade e otimismo

A COP27 realizou-se sob o signo da instabilidade, com Antonia Colibasanu, analista e responsável pelas operações da Geopolitical Futures, a explicar, na altura, ao NOVO que se enfrentava, ao mesmo tempo, uma crise energética, inflação elevada e potenciais problemas nas cadeias de abastecimento decorrentes da guerra na Ucrânia ou das sanções que foram impostas. Na COP28 mantém-se os mesmos desafios e acrescenta-se a guerra que opõe Israel ao Hamas, numa região que vive da exploração de combustíveis fósseis.

Mesmo assim, Manuel Luiz mostra-se otimista e antecipa progressos relevantes. "A COP28 terá a oportunidade de moldar a agenda para os próximos anos e surge num momento crucial para o nosso planeta, uma vez que os líderes dos sectores público, privado e social irão dar uma resposta ao primeiro Global Stocktake", diz, ainda que sublinhando que "a escala do desafio continua a ser enorme".

Costa Pina secunda esta opinião. "Nada fazer, ou adiar, é sempre pior que as alternativas, razão pela qual não se antevê nem retrocesso nem abrandamento num processo em que a UE tem afirmado a sua liderança", diz, antecipando "uma aceleração, atento o consenso político e social em torno das renováveis e do seu paradigma elétrico", mesmo se este paradigma "requer disponibilidade para aceitação dos impactos dos parques solares, eólicos e de armazenagem, e das suas exigências em termos das matérias-primas necessárias trazidas pela mineração, mesmo que dentro de portas".

"Não pode é viver-se na duplicidade, ou hipocrisia, de querer o novo modelo rejeitando o que ele implica", aponta.

525 mil milhões de dólares (cerca de 481 mil milhões de euros) entre 2000 e 2019, o equivalente a um quinto do seu produto interno bruto.

"O FMI [Fundo Monetário Internacional] já reconheceu a tripla falha existente: falha de ambição nas metas e velocidade de redução; falha regulatória na imposição de um preço internacional de carbono; e falha de investimento na substituição em tempo do atual paradigma energético e produtivo", diz ao NOVO Carlos Costa Pina, sócio na sociedade de advogados SRS Legal, na área de projetos, e que